

CERIMÓNIA DE AUTORIZAÇÃO DE APOIOS À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO NOS CONCELHOS DE PONTA DELGADA, LAGOA, RIBEIRA GRANDE E VILA FRANCA DO CAMPO, EM SÃO MIGUEL

Lagoa, 16 de novembro de 2018

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Gostava de partilhar convosco o gosto e a satisfação que é estar aqui neste momento tão significativo e tão importante para o cumprimento deste objetivo que nos une à volta das questões da habitação, e que hoje tem lugar aqui, neste concelho de Lagoa, mas que diz diretamente respeito a mais de 60 famílias dos concelhos de Ponta Delgada, da Ribeira Grande, da Lagoa e de Vila Franca do Campo, que terão as suas casas reabilitadas e dotadas das necessárias condições de segurança e de conforto.

No âmbito desta visita de trabalho que o Governo está a concluir à ilha de São Miguel, formalizaremos apoios a famílias para a recuperação das suas habitações, abrangendo 38 freguesias de todos os seis concelhos da ilha de São Miguel, num montante global superior a um milhão de euros.

Estes apoios à recuperação de habitação degradada são apenas uma das componentes da política que temos desenvolvido nesta área e que, no caso da ilha de São Miguel, desde o início desta legislatura, portando, desde 2016, já abrangeu, apenas aqui na ilha de São Miguel, cerca de 1.000 famílias, num montante de cerca de 10,4 milhões de euros, nos vários programas habitacionais que disponibilizamos.

A área da habitação é uma das áreas que tem suscitado uma atenção especial da nossa parte, porque temos, desde logo, a consciência daquilo que isso significa para cada uma das pessoas e para cada uma das famílias que, fruto desses apoios, conseguem, também com a sua responsabilidade e com o seu contributo, concretizar uma melhor habitação.

Os apoios que atribuímos à recuperação de habitação constituem um esforço muito concreto, bastando referir que, este ano, constitui já um marco ao nível dos resultados práticos desta política de apoio à habitação, uma vez que já investimos, na Região, um valor recorde de mais de seis milhões de euros neste programa específico de recuperação de habitação degradada, que já abrange cerca de 500 famílias em toda a nossa Região.

Os apoios que atribuímos à recuperação de habitação degradada são apenas uma das áreas, apenas uma das componentes da política de habitação.

Temos o apoio à aquisição de habitação, temos o apoio à construção de habitação, temos um programa de incentivo ao arrendamento, à recuperação de casas afetadas por térmitas e, também, um programa de realojamento para situações de grave carência habitacional.

No início desta visita de trabalho, tive a oportunidade de anunciar que o Governo lançará durante o próximo ano vários processos para a construção de habitação a custos controlados, abrangendo oito freguesias na ilha de São Miguel e envolvendo cerca de 280 habitações.

Mas, vamos um bocadinho mais além e estamos em fase já de conclusão de um novo programa, que designamos por “Casa Renovada, Casa Habitada”, que tem duas componentes.

Tem uma componente de apoio à recuperação de habitação própria, mas tem uma segunda ideia que gostaria de partilhar convosco e que tem a ver com o aproveitamento de um enorme potencial, que acreditamos que existe em todas as ilhas da nossa Região, que são casas que estão degradadas, que estão fechadas, e que os seus proprietários, porventura, não têm condições para poder reconstruí-las e pô-las em condições.

E então criamos este programa, “Casa Renovada, Casa Habitada”, que, nessa componente, tem um funcionamento muito simples.

Vamos supor que há uma família em que um dos seus elementos, por exemplo, é herdeiro de uma outra habitação, que está degradada, e ele não tem recursos para pô-la em condições.

Nós vamos criar um apoio para que essa habitação fique em condições de ser habitada. Com um compromisso: é que, depois de esta casa estar recuperada, essa pessoa compromete-se a disponibilizar essa casa à Região para ela ser arrendada a famílias que precisem dela.

Com isso, vamos conseguir dois objetivos: por um lado, muitas das casas que vemos em algumas das nossas freguesias e que, se calhar, até podiam estar recuperadas e com gente dentro, têm neste programa uma oportunidade de serem recuperadas, e, por outro, muitas famílias que neste momento necessitam de habitação também a terão, numa modalidade em que, naturalmente, também têm que pagar renda.

Acreditamos que este programa “Casa Renovada, Casa Habitada” vai constituir um impulso muito significativo para a requalificação urbana e para responder à necessidade de habitações que temos neste momento na nossa Região.

Permitam-me que conclua com uma última ideia, que tem a ver exatamente com a atribuição destes apoios.

Sobre vós recai agora uma grande responsabilidade, que tem a ver com a proveniência das verbas que estão envolvidas nestes apoios. Este não é o dinheiro do Governo. Este é o dinheiro de cada um de vós, de todos nós que pagamos impostos, e das senhoras e dos senhores também, e, portanto, este é o dinheiro fruto daquilo que é o contributo de cada Açoriano, de Santa Maria ao Corvo, que pagou os seus impostos.

O que é que o Governo fez? O Governo disse: do dinheiro dos impostos, temos esta parte que vamos guardar para apoiar estas famílias. E, portanto, a vossa responsabilidade não é apenas para com o Governo na boa utilização destes apoios, a

vossa responsabilidade é para os 245 mil Açorianos, com o contributo que eles também deram para que estes apoios sejam possíveis.

Da parte do Governo, temos uma confiança muito grande no vosso sentido de responsabilidade, como por toda a nossa Região, para bem utilizar estas verbas e para que elas sirvam o objetivo para que foram atribuídas.

Para que tenham, cada um de vós e as vossas famílias, melhores condições de habitação. É para isso que este apoio foi criado, é por isso que este apoio foi atribuído, é para isso e por isso que todos nós estamos aqui.

As maiores felicidades e muito obrigado.